



VIII Seminário Nacional
de **Sociologia & Política**

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

VIII Seminário Nacional Sociologia & Política

Maio, 2017, Curitiba

GT 10 – Ruralidades, Ambiente e Sociedade

O “velho” e o “novo” no projeto de desenvolvimento para o semiárido brasileiro:
complexidade, sentidos e dissensos da transposição e revitalização do São Francisco, promessas
para um “novo” rural



O “velho” e o “novo” no projeto de desenvolvimento para o semiárido brasileiro:
complexidade, sentidos e dissensos da transposição e revitalização do São Francisco, promessas
para um “novo” rural

José Irialdo Alves O. Silva¹

John Brehmer de Sousa Alves Oliveira²

Resumo: A Complexidade Ambiental sofre inflexões consideráveis da adoção do termo desenvolvimento sustentável como o suposto paradigma "consensual" em relação ao modelo de crescimento global. No entanto, dentro de uma perspectiva de uma sociedade complexa, Leff propõe uma nova racionalidade, contrastando o modelo atual, inclusive em relação ao modelo de desenvolvimento sustentável. O Projeto de Integração do São Francisco (PISF) se apropria em seu discurso de fundamentos e estratégias, de conceitos ambientais relacionados à categoria do desenvolvimento sustentável, expressos em seu Programa de Revitalização (PRSF), nos programas socioambientais e ações compensatórias e promete “novos” tempos de prosperidade para o povo nordestino. Isso ocorre em virtude de pelo menos três fatores: o surgimento da sustentabilidade como imperativo ético e conceito normativo na política local, movimento impulsionado por uma mudança e exigência da política global; a necessidade de maior segurança ambiental ao desenvolvimento econômico e social em um contexto de marcante degradação ambiental; e como forma de legitimá-lo entre setores da sociedade civil organizada no semiárido. A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender o lugar do desenvolvimento sustentável no PISF e o processo de modernização ecológica observado sobre o mesmo. Como objetivos específicos a análise sobre seus (a) arranjos institucionais e atuação do Estado na implementação de medidas socioambientais; (b) o jogo das “sustentabilidades” nesse empreendimento; e (c) os discursos, práticas e conflitos em seu entorno. Palavras-chave: transposição, meio ambiente, desenvolvimento sustentável.

¹ Doutor em Ciências Sociais, doutorando em Direitos Humanos e Desenvolvimento, Professor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: irivaldo.cdsa@gmail.com. Trabalho financiado pelo CNPq.

² Graduando em Ciências Sociais na UFCG, bolsista do PIBIC/CNPq. E-mail: johnbrehmeralves@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) se configura num moderno projeto de apropriação social da natureza, até então inédito na região semiárida, sendo parte de uma “nova” fase de políticas hídricas sustentáveis para o local (CAMPOS, 2014) e, revestido de “novos” discursos, conceitos e propriedades institucionais fundamentadas ambientalmente (SILVA, 2016). Concebido no âmbito de um conjunto de iniciativas federais que vislumbram o desenvolvimento regional sustentável (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006), é norteador de itens simbólicos, discursivos e materiais, além de sua própria feição institucional, que lhe conferem o significado geral de empreendimento desenvolvimentista, supostamente capaz de suprir necessidades históricas de efeitos retardatários (SILVA e OLIVEIRA, 2016). Junto do seu Programa de Revitalização do São Francisco (PRSF), carrega consigo o signo da sustentabilidade do desenvolvimento, e, muito embora utilizado um discurso desse tipo, expressa contradições e consequências em âmbito de materialidade que fogem à tais preceitos, e ainda, processa uma estratégia política de modernização ecológica, principalmente o PRSF.

Seu quadro discursivo o apresenta como capaz de sanar problemas característicos da sua zona de influência, provendo-a recursos elementares ao desenvolvimento de disposições sociais necessárias a superação de uma suposta condição de atraso rumo a um estado de “prosperidade”, o que ocorreria via segurança hídrica fornecida e seus efeitos positivos na ordem socioeconômica local. O território do semiárido em suas configurações econômicas, sociais e políticas fora fortemente delineado pelo ambiente físico que lhe é característico e cuja sua manifestação mais expressiva são as secas (ANDRADE, 2010), tendo o volume e distribuição física dos recursos hídricos um papel vultoso nesse desenho. Resultado é que uma intromissão em seu fluxo espontâneo, como faz o PISF, pode provocar mudanças tanto intensas quanto extensas, especialmente se tratando do meio rural, espaço de substancial sensibilidade climática e onde o fenômeno da estiagem se apresenta mais “negativamente” (FILHO, 2012; CORREIA et. al. 2011). Daí a necessidade da análise e reflexão sobre os impactos do projeto nesse espaço.

Projetos do porte do PISF, considerado aqui um megaprojeto (SILVA e CUNHA, 2014), constituem-se grandes intervenções sociais e econômicas pela magnitude dos impactos



e transformações que ocasionam no território onde se processam (ROMEIRO e FROTA, 2015). Outras experiências com obras de transposição pelo mundo demonstram quão polêmicos e danosos, em níveis ambiental e social, tais empreendimentos podem ser (AZEVEDO et. al.), expressando, alguns, resultados “[...] economicamente vultosos, socialmente injustos e ambientalmente drásticos” (LIMA, 2010, p. 66). Em virtude disto, faz-se de relevante importância a compreensão sobre seus elementos constituintes e processos consequentes, o que contribui para a prevenção de possíveis impactos e manutenção de problemas decorrentes. A promessa que existe é de mudança da paisagem com água e um rural forte.

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender o lugar do desenvolvimento sustentável no PISF e o processo de modernização ecológica observado sobre o mesmo. Como objetivos específicos a análise sobre seus (a) arranjos institucionais e atuação do Estado na implementação de medidas socioambientais; (b) o jogo das “sustentabilidades” nesse empreendimento; e (c) os discursos, práticas e conflitos em seu entorno.

Assumi como principais métodos o estudo bibliográfico e análise de documentos, utilizando-se também de elementos da análise do discurso, havendo, ainda, recolhimento de material em de portais de notícias na internet. Em primeiro fora revisada uma literatura que trata da história e políticas desenvolvimento para o Nordeste Semiárido, incluindo aqui um apanhado as características demográficas e socioeconômicos dessa região. Em segundo, foram examinados o desenho institucional e implicações do PISF e o PRSF a partir de sua documentação oficial em bancos de dados públicos, produções científicas de outros autores e notícias de portais na internet a despeito dos mesmos, havendo posteriormente seu cruzamento com uma perspectiva e conceitos ambientais em linha com as ciências sociais, com especial destaque para as categorias de desenvolvimento sustentável e modernização ecológica. Última fase foi a investigação e reflexão sobre possíveis desdobramentos do PISF para o meio rural do semiárido.

Tal empreendimento tem notáveis reflexos sobre o mundo rural, podendo reconfigurar caracteres da organização social local a partir da seguridade hídrica a que se propõe fazer, implicando novas ruralidades. Entretendo, algumas medidas são importantes para uma



distribuição justa dos seus efeitos entre os produtores, o que, do contrário, pode acarretar em conflitos.

2 ALGUNS ASPECTOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O Semiárido brasileiro se estende por oito estados da região nordeste, compreendendo ainda o norte de Minas Gerais. Segundo o índice demográfico de 2010, a população do conjunto de suas sedes municipais totaliza 22.598.318 habitantes, cuja distribuição segundo o domicílio concentra 61,97% em áreas urbanas e 38,03% em áreas rurais (INSA, 2014), sendo que, 189 dos seus municípios possuem população inferior a 5 mil pessoas, e, em torno de 560 possuem taxa de urbanização inferior ou igual a 50% (BUAINAIN e GARCIA, 2013). Considerando o valor do PIB do semiárido (R\$ 147,35 bilhões) e sua composição segundo ramo de atividade, o setor de serviços contribui com 64,28%, seguido do industrial (18,85%), o agropecuário (9,17%) e o de impostos (7,70%) (INSA, 2014).

O semiárido possui volumosa concentração de pobreza rural e que se associa fortemente às estruturas econômicas e sociais que condicionaram a evolução e dinâmica da economia e da sociedade local. Destaque nesse aspecto é sua estrutura fundiária, que se apresenta como relevante delimitadora da produção e distribuição de renda no meio rural, e, portanto, da pobreza rural. O censo agropecuário de 2006 oferece dados que conferem a existência de elevada concentração da propriedade de terra no semiárido e forte presença de minifúndios. Um milhão de estabelecimento agropecuários no semiárido são minifúndios, de área inferior a 5 hectares e que contribuem com 31% no valor total da produção agrícola da localidade, representando 59% da totalidade dos estabelecimentos. De outro lado, aproximadamente 40 mil estabelecimentos com área superior a 200 hectares (2,3% do total de estabelecimentos) ocupam 46% da área total e contribuíram com 14% do valor da produção registrado em 2006 (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Um problema comumente apontado na literatura corrente sobre esse território trata das suas condições ambientais para a produção e desenvolvimento, com destaque para a água. As restrições quanto ao uso desse mineral são predominantemente ligadas a aspectos quantitativos, oriundos das condições físico-climáticas da região (SÁVIO, 2002; SUASSUNA, 2002). Segundo Suassuna (2002), somente dois estados nordestinos



pertencentes ao semiárido se encontram em condição hídrica confortável, o Piauí e a Bahia, sendo a situação dos demais preocupante, com destaque para os casos da Paraíba e Pernambuco, de baixíssima oferta hídrica aos seus habitantes.

Campos (2002) assinala que o suprimento de água potável à população é deficitário, sendo as principais técnicas usadas no atendimento das populações rurais: construção de poços, cisternas, dessalinização de águas salobras de poços profundos e carros-pipas. Ora, como alegado por Carvalho (2012), são os trabalhadores rurais sem terras e pequenos proprietários as categorias mais afligidas pelo problema da escassez e as estiagens (CARVALHO, 2012), o que supõe a necessidade, na gestão hídrica, de um cuidado especial para essas populações. Bezerra (2002) lista as seguintes situações econômicas regionais advindas das condições físico-climáticas do semiárido: (a) exploração agrícola: produção instável e produtividade decrescente para a maioria dos produtos; (b) produção pecuária: produção instável com perda de peso dos animais em períodos secos e dizimação de rebanhos em secas periódicas; baixa produtividade, com poucos ganhos; e uso crescente de concentrados na alimentação de ruminantes; e (c) grave desorganização social refletindo na vulnerabilidade da economia.

Durante muito tempo o Estado empreendeu amplos e custosos esforços em se tratando de amenizar os efeitos das secas sobre a região Nordeste um conjunto de iniciativas de curto e longo prazo reunidas sob o signo de um “combate à seca”. Sua ineficiência foi visível e resultados questionáveis (GTDN, 1967), sendo que, a partir da década de 1950 a política governamental mudou sua linha de ação, buscando na “modernização econômica e técnica” das atividades produtivas no Semiárido uma maneira de solucionar o problema das secas (SILVA, 2007). Persistia uma economia estagnada no semiárido, com graves problemas sociais e outros fatores, emergindo um novo discurso sobre a realidade regional e as alternativas sustentáveis de desenvolvimento do Semiárido, o que foi engendrado por um conjunto de organizações não-governamentais (ONGs) que operam na região, junto de alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão.

As discussões sobre a emergência de um novo paradigma da sustentabilidade têm contribuído para a construção da perspectiva acerca da convivência com qualidade de vida no Semiárido brasileiro (SILVA, 2003). Trata-se de uma transição de modelos, onde um desenvolvimento fundamentalmente antropocêntrico e entendido como progresso técnico, dá



lugar a um “novo”, o do desenvolvimento sustentável. Os planos federais de desenvolvimento regional para a região passaram a assumir esse pressuposto e discurso (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006).

3 PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

Em sentido técnico, o projeto pretende uma gestão racional e eficaz dos recursos, promovendo a manutenção do capital natural com fins de segurança hídrica e preservação ambiental, assumindo o prisma da sustentabilidade e conceitos relacionados importante referencial às suas ações (SILVA, 2016; BRASIL, 2004; SILVA e OLIVEIRA, 2016). Consiste em um moderno projeto de apropriação social da natureza que intervêm sobre a dinâmica e fluxo dos sistemas naturais, manipulando seus elementos constitutivos conforme propósitos de forte caráter econômico.

A institucionalização da questão ambiental no projeto dá-se em grande medida devido: o (a) reflexo de novos arranjos institucionais oriundos de instâncias de governo maiores; (b) necessidade de uma estrutura de prevenção e reparação sobre seus danos socioambientais; (c) validar e legitimá-lo em contexto onde o rio constitui-se arena de disputa pelos seus recursos; e (d) ele é alvo de ampla vigilância por parte de parcela e setores da sociedade civil e organismos de governo nacionais e internacionais.

A incorporação de novos arranjos e dispositivos fundamentados em conceitos ambientais relacionados ao desenvolvimento sustentável ocorre em virtude de pelo menos três fatores: o surgimento da sustentabilidade como imperativo ético e conceito normativo na política local, movimento impulsionado por uma mudança e exigência política global; a necessidade de maior seguridade ambiental ao desenvolvimento econômico e social em um contexto de marcante degradação ambiental; e como forma de legitimá-lo entre setores da sociedade civil organizada no Semiárido, que há tempos internalizou esses pressupostos em seus discursos e atuação.

Em revisão da literatura que versa sobre investigações produzidas por outros autores quanto ao programa observou-se que, muitas das análises e críticas endereçadas a ele convergem entre vários estudiosos, dentre as quais estão: distribuição desigual dos benefícios



e problemas decorrentes das obras entre a população, indiferença no tratamento das comunidades tradicionais e pequenos produtores, danos e riscos ambientais consequentes, problemas no licenciamento ambiental, falta de democracia nos processos decisórios e de participação, e ausência de estudos consistentes por parte dos órgãos do governo e omissão na estrutura do projeto quanto à vários aspectos da região (CASTRO, 2011; KOSMINSKY e ZUFFO, 2009; LIMA, 2013; HENKES, 2013; HENKES 2014; OLIVEIRA, 2007; AB'SÁBER, 2006; ZELLHUBER e SIQUEIRA, 2007; NUNES, 2012; SILVA e OLIVEIRA, 2016). Para além disso, o seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (BRASIL, 2004) do programa identificou 32 impactos negativos, para os quais existem ações compensatórias. No entanto, muitas destas não são capazes de reverter os danos ou mesmo estabilizá-los.

Um cruzamento entre informações obtidas com a literatura produzida sobre o projeto por outros autores e instituições, junto da análise sobre a documentação oficial, revelou que tal iniciativa, muito embora guiando-se e utilizando-se de conceitos e discursos sustentáveis, ignora ou mesmo rompe com elementos fundamentais de várias dimensões da sustentabilidade quando pensada nas perspectivas de Sachs (2002; 2005; 2008) e Leff (2001; 2002).

Em nível político, o Estado assume faceta centralizadora, havendo falta de democracia nos processos decisórios e de participação. Em nível cultural, é identificado indiferença no tratamento das comunidades tradicionais e pequenos produtores, com desrespeito sobre seus elementos materiais e simbólicos. Possui danos ambientais e um déficit de administração do risco ambiental que pode comprometer a resiliência dos ecossistemas, e ainda, a dimensão social do conceito de desenvolvimento sustentável é tratada de forma amparada – portanto, secundária – à ambiental e ao crescimento econômico previsto, assumindo ela a simples posição de reparação dos problemas decorrentes com a manutenção da obra, podendo ser encontradas as ações desse tipo especialmente nas iniciativas compensatórias, e de consequências sociais “positivas” oriundas das repercussões econômicas do projeto para a região. A julgar pelos objetivos do projeto, pode-se dizer que o PISF pretende especialmente uma sustentabilidade territorial – diminuição das disparidades regionais – de fundo econômico.

Considerando os resultados acima, alguns atributos da boa governança, em definição de Bursztyn e Bursztyn (2012), desrespeitadas pelo PISF são: a Descentralização, as Decisões



bottom-up, a Participação/empoderamento dos *stakeholders*, *accountability*, equidade e inclusão, Transparência e segurança. Em âmbito de atributos específicos da governança ambiental, são desrespeitados os elementos do interesse público que estão associados ao caráter coletivo dos bens públicos e tem relação com o conceito de democracia; a justiça ambiental, com relação aos direitos das comunidades ameaçadas por mudanças ambientais em seus modos de vida e habitats; e os direitos das futuras gerações, haja visto que em face do déficit de precisão das informações prestadas pelos órgãos governamentais, não se sabe ao certo os efeitos das obras.

Ainda, quatro princípios-chave das políticas ambientais não ocorrem de forma plena no PISF, são eles o poluidor-pagador (PPP), a prevenção, a precaução (PP) e participação (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012). No primeiro caso porque as medidas compensatórias propostas para os impactos ambientais mapeados pelo RIMA, em alguns dos casos, não é uma iniciativa a altura dessas consequências negativas, não podendo reverter o quadro de degradação socioambiental ou mesmo estabilizá-lo; no segundo e terceiro, porque alguns danos ambientais apontados na literatura não foram previstos pelo projeto ou simplesmente ignorados, logo, dados problemas não foram prevenidos antes mesmo de sua implementação; em quarto, a obra não se deu com amplo debate entre a sociedade do semiárido, ignorando posicionamentos contrários e laudos de investigadores, além do que, instâncias decisórias de participação civil estavam submetidas a posição superior do ator Estado.

O empreendimento mobiliza um universo simbólico e material, discursivo e de posições, constituindo um campo de conflitos cujos atores envolvidos disputam pela utilização dos recursos a ela vinculados e também sobre seus efeitos. Aqui, as relações de poder entre os atores são assimétricas, sendo o objetivo destes firmar-se como dominante, instituindo sua posição como aquela aceita e legítima, e para tanto, utilizando dos recursos que competem a sua posição social (BOURDIEU, 1996). É o Estado que tem posição dominante nesse campo, que, valendo-se de seu lugar superior em termos de poder e recursos, manipula elementos diversos em seu favor, especialmente aqueles institucionais. A implementação do programa repercute a disparidade entre os mesmos, restando aos de lugar “marginal” uma série de danos materiais e culturais. Nesse último processo, o Estado viola elementos fundamentais do desenvolvimento sustentável.



Os discursos da opinião pública sobre o PISF estruturam-se especialmente em dois eixos dispares: (I) o PISF como fator de “redenção” da região semiárida (provedor da água escassa, pondo fim ao problema da estiagem, e de promotor do desenvolvimento, com o abastecimento das unidades produtivas); (II) como danoso a bacia hidrográfica do São Francisco (podendo infringi-la danos significativos e até permanentes, e existência de alternativas ao projeto) (CASTRO, 2011; JÁCOME, 2006; ALVES e NASCIMENTO, 2009; SILVA, 2016).

O Governo usa do velho discurso da seca como recurso de legitimação da obra, apresentando-a como fator de redenção regional, capaz de superar uma suposta condição de subdesenvolvimento atrelada à insegurança hídrica (BRASIL, 2004). Sua eficácia dá-se sobretudo de baixo para cima, através das representações e experiências materiais acumuladas historicamente pela população local com as estiagens. Nesses termos, apresenta nova expectativa de semiárido e condições de vida mais satisfatórias aos cidadãos, como bem expressa os seguintes enunciados da publicidade sobre o PISF na página do Ministério da Integração na rede social Facebook: “É o velho Chico levando uma vida mais digna e renovando a esperança da poluição”; “[...] poder ver a água chegando hoje, chegando forte, é a certeza de que todos que já sofreram podem ter um futuro novo de prosperidade, de produção e qualidade de vida” (Barbalho, Ministro do MI).

Sua arquitetura institucional e aparato discursivo comportam aspectos do desenvolvimento sustentável (DS) e da modernização ecológica (ME). Quanto ao primeiro deles, há ampla contradição quanto à materialidade, o que indica um tanto de performatividade discursiva (BOURDIEU, 2008) com vistas à legitimação. Ainda, componentes centrais do DS estão ausentes ao programa. Embora munido dessa dualidade (alguns autores concebem DS e ME como conflitantes em alguns aspectos), o PISF se processa com maior tendência para o segundo dessas estratégias.

A ME é descrita por Mol (2002) como uma teoria que pretende compreender, interpretar e conceituar a natureza, extensão e dinâmica social do processo de transformação ambiental da sociedade industrial. Segundo Sezgin (2012), ela é tanto uma teoria da mudança social quanto uma estratégia política para o meio ambiente. Uma estratégia política da mesma tornou-se a interpretação dominante do desenvolvimento sustentável, que se constituiu como o principal quadro de referência para a política ambiental desde a sua formulação. Tomando



por referencial os trabalhos de Mol e Sonnenfeld (2000), Mol (2002), Sezgin (2012), Devenin (2009), Souza (2009) e Silva (2016), são observadas as seguintes características da ME no PRSF:

1. O programa de revitalização, em especial, é aquele cujos pressupostos e forma de atuação mais convergem com as características da ME, sendo algumas delas observadas na forma como é organizado o programa: o Estado expressa através dessa política o papel de agente promulgador de uma legislação industrial "verde"; a ciência e a tecnologia assumem o papel de elementos centrais a uma reforma ambiental, prevenindo ou/e reparando os problemas ambientais; aumento da importância das dinâmicas de mercado e agentes econômicos, isto é, os organismos e mercado e agentes financeiros devem adotar práticas que contribuam para a reforma e estruturação ecológicas, complementando os esforços do Estado e Sociedade Civil; considera a importância do Estado para a modernização ecológica, sendo que no caso do PRSF, ele próprio funciona como mecanismo do Estado para este fim (BRASIL, 2009).

2. Também, a adoção de estruturas governamentais de padrão descentralizado, flexível e consensual quanto à gestão do meio ambiente, com a participação de atores sociais na administração das políticas ambientais, em oposição a centralização, regulação em excesso e gestão hierarquizada; mudanças na posição e função dos movimentos sociais, que é maior participação desses movimentos no processo de tomada de decisões e ações das instituições públicas e/ou privadas; um processo onde a solidariedade intergeracional torna-se um princípio indubitável, e onde a oposição entre interesses ambientais e econômicos e a omissão das questões ambientais tornam-se posições não aceitáveis (BRASIL, 2009)

3. Tanto o PISF como o PRSF contêm em suas estruturas os pressupostos da ME, sendo eles próprios, políticas que parecem reproduzir essa categoria de modernização. Porém, como trata Silva (2016), seus discursos transitam entre a ME e o DS.

4 MUDANÇA NA DINÂMICA DO RURAL

Em contexto de progressiva abertura e interdependência desse espaço, sua natureza deriva grandemente da diferenciação social que disso provém. Consiste, pois, em espaço



relacional que respalda sua especificidade na forma de organização da vida local. O intercâmbio com o externo ocorre sob o binômio penetração/apropriação (CARMO, 2009). A intervenção, de forma artificial, de novos elementos exteriores a esse espaço e sobre o mesmo, como é o caso da transposição de águas, dinamiza o seu aspecto relacional e ocasiona reação das formas sociais locais e específicas. Síntese dessa dialética é possivelmente uma resignificação da organização e estilos de vida no espaço interferido a partir das características que adquire com as propriedades do elemento interventor.

Marx (2004) descreve que a natureza possui um poder, o “poder natural”. Tal poder pode ser medido pela sua utilidade (a utilidade de um recurso natural), que se traduz pela sua incidência sobre as necessidades da vida e atividades econômicas. De certo, a água, considerada como recurso, enseja estruturas de poder, especialmente nas circunstâncias da região semiárida, como visto anteriormente. O controle da água tem relação direta com a possível mudança na dinâmica das relações e atividades que o compreende em relação ao conjunto dos produtores, sujeito vital à organização econômica de uma sociedade, modificando a dinâmica de sua produção e, por consequência, da economia e a vida da população que a integra. A disponibilidade e importância econômica da água, transformada em “recurso”, é grande fator na reorientação de relações sociais e estrutura societária.

Os produtores rurais e cidadãos locais do semiárido estão habituados a uma relação social com o meio ambiente que tem como ponto de interseção um estado de estígio durável. Uma questão a saber é, a oferta de segurança hídrica irá configurar uma nova relação social? Uma vez que o recurso (água) em meio a essa relação (com o meio ambiente em geral) tem seu estado de disponibilidade alterada, muda-se, por vez, a forma de intervenção sobre o ambiente natural, gerando novas condições e formas de apropriação social da natureza e, conseqüentemente, a natureza tal como se encontrava ganha novos contornos provenientes de nova relação humana como a mesma, e responde a produção de novas maneiras. Em suma, a alteração do estado ambiental reconfigura as práticas sociais. Faz emergirem novas representações e demanda novo aparato técnico-econômico para a produção.

Maior oferta do volume de recurso hídrico pode implica maiores possibilidades para a produção. Gozando de segurança hídrica, a oferta pode aumentar, tal como o consumo. Pode haver alteração nas relações de mercado com mudança na dinâmica dos preços dos produtos. Um exemplo é que o produtor pode alargar a produção para o cultivo de novos frutos, que em



mercado se convertem em mercadoria. Essas condições de alargamento da produção refletem também nas condições de vida do mesmo, podendo haver aumento dos recursos financeiros. Disso tudo, o mundo rural pode sofrer novas configurações, fazendo emergir “novas” ruralidades.

Grande parcela dos estabelecimentos rurais no semiárido são minifúndios que sofrem com insuficiência, nas condições da região, para viabilizar unidades econômicas sustentáveis, isto ao mesmo tempo que, segundo o censo agropecuário de 2006, participam ao nível de 31% no valor total da produção agrícola da localidade (BUAINAIN e GARCIA, 2013). Tais elementos colocam a importância de sua segurança hídrica por um duplo motivo: são mais suscetíveis aos efeitos das secas e ocupam posição fundamental na economia local.

Uma questão quanto a essa distribuição dos recursos hídricos às unidades produtivas é que a estrutura fundiária do semiárido encontra-se altamente posta e polarizada em um sistema minifúndio-latifúndio (MENEZES, 2009), havendo, ainda, segundo alega Sachs (2001), forte descrença das elites políticas brasileiras sobre a viabilidade econômica da agricultura familiar e a capacidade inovadora das sociedades rurais. Segundo este autor, há uma crença dentre os grupos dominantes de que o futuro econômico do campo se encontra exclusivamente na grande agricultura moderna marcadamente mecanizada de grãos. Para que a agricultura familiar seja economicamente viável, precisa dispor de um conjunto de instalações e logística a serem consolidadas por políticas específicas como de crédito, extensão rural, pesquisa tecnológica e acesso aos mercados (SACHS, 2001).

Nos termos acima, vale destacar que para que haja efetivo acesso proporcional (justo, conforme à demanda de cada nível de propriedade) aos recursos provenientes da transposição, é importante que os pequenos proprietários organizados em instâncias de representação da categoria como o MST (Movimento dos Sem Terra) e CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais), fiscalizem o processo e reivindiquem uma posição importante nessa distribuição. De outro lado, o Estado através de iniciativas de desenvolvimento regional deve propiciar as instalações e instruções técnicas que fortaleçam as pequenas propriedades pondo-as em condições de competir com as grandes e manejar o mineral de forma racional, eficaz e sustentável. Como afirma Navarro (2001), o desenvolvimento rural em todas as suas propostas objetiva a melhoria do bem-estar da população rural, destacando o papel do Estado nesse processo.



Do ângulo de possíveis conflitos no entorno do acesso à água, algumas questões devem ser postas e refletidas. Como menciona Perez (2001), em relação ao caso da terra, em muitas regiões rurais emergem e persistem conflitos pela falta de equidade em sua distribuição. No entanto, de acordo com Castro (2007; 2009) eventos de conflitos envolve da gestão e governança da água, mesmo em âmbito de projetos de proteção da população contra eventos externos como secas – o que é o caso do PISF –, são bastante comuns na América Latina, o que se deve à reprodução de formas de injustiça social e ambiental e graves danos à algumas populações envolvidas e aos ecossistemas.

Mediante a estrutura fundiária e às disparidades entre as propriedades que aí estão, é possível que a oferta e condições de acesso desiguais à água somente reproduzirá desigualdades históricas, as mesmas de sempre. Alguns atores são, de fato, revestidos de melhores recursos e condições (poder e influência política, capital, tecnologias especiais) para se apropriarem em condição especial da água transposta. A falta de equidade na distribuição da água, o que inclui o volume distribuído e o saneamento, pode ocasionar conflitos da seguinte natureza: (a) em áreas específicas, com destaque para aquelas estratégias ao seu fornecimento; (b) foco de tensões serão os locais de distribuição desigual; (c) podem tomar grandes proporções, envolvendo atores diversos, setores e instâncias da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PISF compreende em seu projeto e arranjos um conjunto de conceitos e estratégias ambientais relacionados à categoria de desenvolvimento sustentável, provocação de condições externas ao programa em si e cujo atendimento das expectativas é vital à sua legitimidade. Todavia, denota mais uma estratégia de ME que de DS, tendo um discurso que transita entre ambos.

O empreendimento constitui campo de disputas cujos atores envolvidos lutam pela utilização dos seus recursos, sendo o Estado aquele de posição dominante. É formado por discursos em movimento de oposição, oriundos de atores que concebem e se relacionam com o projeto e programa e o território de diversas formas, a partir de sua posição e condições de existência.



O projeto como se processa ignora e viola vários dos elementos das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável, sendo que trata de alguns dessas dimensões de forma desigual, enfatizando-a em seu nível territorial e com forte apelo econômico.

Tal empreendimento tem notáveis reflexos sobre o mundo rural, podendo reconfigurar caracteres da organização social local a partir da segurança hídrica a que se propõe fazer, implicando “novas” ruralidades em termos, pois o “braço” empresarial pretende irrigar amplas áreas transformando-as em plantios de larga escala aplicando tecnologia, sempre sendo chamado à comparação com o que ocorre em Petrolina e a produção de uvas e vinhos. Os efeitos da chegada das águas do São Francisco ao semiárido nordestino ainda vão ser sentidas, uma vez que a expectativa é abastecimento perene e produção agrícola. Entretanto, algumas medidas são importantes para uma distribuição justa dos seus efeitos entre os produtores, o que, do contrário, pode acarretar em conflitos.

6 REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. A transposição de águas do São Francisco: análise crítica. REVISTA USP, São Paulo, n.70, p. 6-13, junho/agosto 2006.

ANDRADE, L. de. Introdução à sociologia das secas. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

ALVES, J. J. A.; NASCIMENTO, S. S. do. Transposição do rio São Francisco: (des) caminhos para o semi-árido do Nordeste brasileiro. REA, n° 99, agosto de 2009, ano IX.

AZEVEDO, L. G. T. de.; PORTO, R. L. P.; MÉLLO JÚNIOR, A. V.; PEREIRA, J. G.; ARROBAS, D. L. P.; NORONHA, L. C.; PEREIRA, L. S. Série Água Brasil 7. Transferência de Água entre Bacias Hidrográficas. 1. ed. Brasília: Banco Mundial, 2005.

BEZERRA, N. F. Água no Semi-Árido nordestino: experiências e desafios. In: HERMANN, K. Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 19-34. p. 35-52.

BOURDIEU, P. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.



BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Recife, 2006. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional/publicacoes>>. Acesso em: 27/08/2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimento-regional/publicacoes>>. Acesso em: 27/08/2016.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Pobreza rural e desenvolvimento do semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação. Vol. 17. In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. (Org.). A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional. Brasília: IICA, 2013. p. 217-305.

BRASIL. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. 2004. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/documentos-tecnicos>>. Acesso em: 27/08/2016.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estudos avançados, vol. 28, n. 82, São Paulo, out./dez. 2014

CAMPOS, J. N. B. Água, sociedade e natureza: desenvolvimento científico e gestão das águas. In: HERMANN, K. Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 19-34.

CARVALHO, O. de. As secas e seu impactos. In: MAGALHÃES, A. R. (Org.). A questão da água no Nordeste. Brasília, DF: CGEE, 2012. p. 45-99.

CASTRO, C. N. de. Transposição do rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto. 1577 Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.



- CARMO, R. M. do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009. p. 252-280.
- CASTRO, J. E. A governança democrática da água. *Água - Gestão e Sustentabilidade*, São Paulo, v. 1, n. 3, 50-51, 2007.
- CASTRO, J. E. *Presentación*. In: CASTRO, J. E.; SIMÓN RUIZ, Inmaculada (Coords.). Dossier: *Agua y desigualdad en América Latina, Anuario de Estudios Americanos*, Sevilla, v. 66, n. 2, p. 15-22, jul./dez. 2009.
- CORREIA, R. C.; KIILL, L. H. P.; MOURA, M. S. B. de; CUNHA, T. J. F.; JESUS JUNIOR, L. A.; ARAÚJO, J. L. P. A região Semiárida Brasileira. In: Voltolini, T. V. (Org.). *Produção de caprinos e ovinos no semiárido*. 1 ed. Petrolina-PE: Embrapa Semiárido, 2011, v. 1, p. 21-48.
- DEVENIN, V. *Modernización ecológica en América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (GTDN). *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2. ed. Recife: Minter/Sudene, 1967.
- HENKES, S. L. A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do rio São Francisco. *Revista Direito GV*, v. 10, n. 2, p. 497-534, São Paulo, Jul./dez. 2014.
- HENKES, S. L. Os riscos das decisões: um estudo de caso da transposição do rio São Francisco. *Nos Estudos Jurídicos – NEJ*, v. 18, n. 2, p. 269-288 / mai./ago. 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. *Abastecimento urbano de água: panorama para o semiárido brasileiro*. Campina Grande: INSA, 2014.
- JÁCOME, F. S. A integração do São Francisco: verdade e mito. *Revista USP*, São Paulo, n.70, p. 14-23, junho/agosto 2006.
- KOSMINSKY, L.; ZUFFO, A. C. O Nordeste seco e a transposição do rio São Francisco. *Integração*, vol. 15, n. 57, p. 167-175, abr./mai./jun. 2009.
- LIMA, L. E. C. Transposição das águas: um "ensaio teórico" sobre essas situações ambientalmente perigosas. *Ângulo 123*, p. 65-69, out./dez., 2010.



LIMA, T. V. P. C. Os impactos da transposição do rio São Francisco na sua região de influência. 2013. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

LEFF, H. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, K. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MENEZES, E. O. de. Seca no Nordeste: desafios e soluções. São Paulo: Atual, 2009.

MOL, A. P. J. *Ecological Modernization and the Global Economy. Global Environmental Politics* 2:2, May 2002.

MOL, A. P. J.; SONNENFELD, D. A. "Ecological Modernization Around the World: An Introduction". *Environmental Politics* 9(1): 3-16, Spring 2000.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

NUNES, C. M. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. In: MAGALHÃES, A. R. (Org.). *A questão da água no Nordeste*. Brasília, DF: CGEE, 2012. p. 375-419.

OLIVEIRA, L. M. o princípio da participação ambiental no processo de transposição do rio São Francisco. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PÉREZ, E. C. *Hacia una nueva visión de lo rural*. In: GIARRACCA, N. *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 17-29.

ROMEIRO, P. S.; FROTA, H. B. Introdução. In: ROMEIRO, P. S.; FROTA, H. B. (Org.). *Megaprojetos de impacto urbano e ambiental: violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas*. São Paulo: IBDU, 2015. p. 15-17.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.



SACHS, I. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. O&S, v.12 - n.33, p. 151-165, abr./Jun. 2005.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. Estudos Avançados 15 (43), 2001.

SÁVIO, E. Conservação de água na agricultura irrigada. In: HERMANNNS, K. Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 103-116.

SILVA, J. I. A. O.; CUNHA, L. H. Desenvolvimento e sustentabilidade nos projetos de transposição e revitalização do Rio São Francisco: a institucionalização da questão ambiental via modernização ecológica. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 157 a 176, jul./dez. 2014.

SILVA, J. I. A. O. Resignificação Ambiental e modernização ecológica no Semiárido: o projeto de integração e revitalização do São Francisco. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

SILVA, J. I. A. O.; OLIVEIRA, J. B. de S. A. ÁGUA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: “ecologização” de projetos hídricos. Raízes, v.36, n.1, jan./jun. 2016. p. 121-142.

SILVA, R. M. A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007.

SILVA, R. M. A da. ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SOUSA, A. do N. Licenciamento Ambiental no Brasil sob a perspectiva da Modernização Ecológica. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

SOUZA FILHO, F. de A. de. Águas do futuro e o futuro das águas. In: MAGALHÃES, A. R. (Org.). A questão da água no Nordeste. Brasília, DF: CGEE, 2012. p. 181-218.



VIII Seminário Nacional
de **Sociologia & Política**

Direitos humanos e democracia:
perspectivas e desafios contemporâneos

17, 18 e 19 de Maio | 2017

SEZGIN, Z. *Ecological modernization: a viable option for a sustainable future?*. Marmara Journal of European Studies, v. 20, n. 1, p. 219-245, 2012.

SUASSUNA, J. Água: um fator limitante para o desenvolvimento do Nordeste? In: HERMANNNS, K. Água e Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 117-132

ZELLHUBER, A.; SIQUEIRA, R. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. Cadernos do CEAS, n° 227, p. 7-34, Salvador, Jul./Set. 2007.